



RELISE

EDITORIAL

LEITOR, CIDADÃO E ESTUDANTE, OU ENTRE A ARTE, O SENSO COMUM E A CIÊNCIA¹

Felipe Leal Alves Ferreira²

Quando nasci, um anjo torto
Desses que vivem na sombra
Disse: Vai, Carlos, ser gauche na vida

As casas espiam os homens
Que correm atrás de mulheres
A tarde talvez fosse azul
Não houvesse tantos desejos

O bonde passa cheio de pernas
Pernas brancas, pretas, amarelas
Para que tanta perna, meu Deus? Pergunta meu coração
Porém, meus olhos
Não perguntam nada

O homem atrás do bigode
É sério, simples e forte
Quase não conversa
Tem poucos, raros amigos
O homem atrás dos óculos e do bigode

Meu Deus, por que me abandonaste?
Se sabias que eu não era Deus
Se sabias que eu era fraco

Mundo, mundo, vasto mundo
Se eu me chamasse Raimundo
Seria uma rima, não seria uma solução
Mundo, mundo, vasto mundo
Mais vasto é meu coração

Eu não devia te dizer
Mas essa Lua
Mas esse conhaque
Botam a gente comovido como o diabo³

¹ DOI: 10.5281/zenodo.8308261

² Universidade Federal do Paraná. felipeleal1208@gmail.com

³ Poema de Sete Faces de Carlos Drummond de Andrade



RELISE

2

No poema 'Sete Faces' de Drummond, consigo enxergar alguns aspectos do fenômeno do Empreendedorismo que trago ao longo da minha vida (como de caráter subjetivo inerente a toda pessoa), bem como pelos estudos do tema ao longo da vida e, agora por último, em disciplina relacionada ao meu doutoramento. Se quem ler vai concordar ou não, compreender ou não, bem, não sei, mas responderei até o ponto em que perceba que o leitor de literatura, o cidadão e o estudante se fundam numa só coisa.

Na verdade, para começar, tento separar todos esses papéis: o leitor de literatura que sempre busca fazer paralelos para ver a vida imitando a arte e a arte imitando a vida, desejando em seu íntimo que fossem uma coisa só; o cidadão que lê as políticas públicas de fomento ao empreendedorismo com os olhos da sociedade, a qual parece nunca estar satisfeita com o que se tem (ou não tem); e o estudante, que busca saber cada vez mais, percebendo que sabe cada vez menos. Então, lembro-me de Faria (2015, p. 16) quando tratou da epistemologia crítica do concreto nos estudos organizacionais. O autor escreveu que "há um ir e vir necessário entre o sujeito e a realidade estudada para que ele possa aprendê-la em sua totalidade cognoscível e, portanto, em sua essência dinâmica e contraditória, e não apenas em sua aparência fenomênica".

Nessa linha, penso que esse ir e vir, pode se localizar no caminho entre esses opostos de pensamento – leitor, cidadão, estudante, ou a arte, o senso comum e a ciência - sobre o empreender e o empreendedor. Isso porque o conhecimento, ainda segundo Faria (2015), depende de condições do próprio pesquisador, dos métodos e técnicas do estudo, do próprio objeto, do progresso da ciência daquele campo e das relações existentes no contexto geral em que se situa o *constructo*. No empreendedorismo poderia abranger toda a sociedade (agentes, governos, a coisa pública, o mercado privado, o terceiro setor, mídia, tecnologia, concorrência) que dele faz uso, pelos



RELISE

empreendimentos existentes, de alguma forma. O conhecimento do assunto é coletivo, foi organizado num contexto histórico determinado, dentro de condições sociais nas quais a ciência se apropria apenas parcialmente, onde o estudioso deve deixar o que ele mesmo pensa sobre o objeto, para começar do real, onde “o ponto de partida é o ponto de chegada” (FARIA, 2015, p. 24-25).

Se para Drummond, o anjo torto lhe ordenou a ser *gauche* na vida, no empreendedorismo o anjo torto de intenções e propósitos da pessoa empurra, impele – por necessidade ou oportunidade – o/a empreendedor(a) a agir, mesmo que contrário à maioria – o *gauche* -, no que se refere às condições adversas ou, pelo menos, não tão propícias para empreender. Uma vez em ação, passam e se cruzam por clientes, concorrentes, governo e toda espécie de gente de forma humana ou institucional que ajudam, desafiam e atrapalham o empreendimento. Isso como os homens que correm atrás das mulheres, ou do bonde cheio de pernas, e ainda do homem atrás dos óculos e do bigode - todos do poema.

Nesse ínterim, com tantas coisas a resolver, o/a empreendedor(a) se questiona e continua, mesmo que em momentos mais árduos se pergunte, igual ao *gauche* poeta, por que Deus o/a abandonou se Ele sabia que a/o humana/humano era frágil. E aqui, mesmo que se esse deus receba o nome de governo, mercado, parceiros de negócios. Mas, ainda assim, o empreendedorismo continua, não só porque o seu coração é mais vasto que os problemas do mundo – mesmo que esse mundo não rime nem com Raimundo nem com a conjuntura mundial momentânea -, mas, também, a essa altura, já está embriagado pelo negócio no qual colocou seu propósito, recursos e a própria vida. E qualquer confusão entre o poeta que escreve e o empreendedor que age pode ser ou não mera coincidência entre vida e arte: vai depender de cada um que lê, qual seu ponto de chegada e partida, como alertado por Faria, 2015.



RELISE

4

Bachelard (1996) afirmava que na epistemologia um fato é tomado como ideia e inserido num “sistema de pensamento”. Dessa forma, essa ideia, ou conceito, possui diferentes significados, partindo de pontos de vista também diferentes. E por esse motivo, defende que os fenômenos devem ser considerados sob diversas perspectivas, num conhecimento aberto que favoreça o dismantelar de vários saberes para darem lugar a outros novos, sempre se atentando para não incorrer nas searas do senso comum, achismos e opiniões. Morin (1999), ao falar sobre conhecimento, disse que cada palavra necessita estar situada num contexto para que seu significado seja corretamente apropriado. Então, agora, a partir daqui, vou sair de um lado mais subjetivo para trazer fatos, deixando o leitor de literatura dar lugar ao estudioso.

Pesquisas mostram reiteradamente que o Brasil é um dos países mais empreendedores do mundo, entretanto, com predomínio de empreendedorismo por necessidade ao invés de oportunidade (GEM, 2021). Além disso, o país carece de uma regulamentação robusta sobre política nacional para apoio e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, apesar de sua relevância no contexto nacional.

Estima-se que em torno de 75% da força de trabalho no Brasil está ligada a pequenos empreendimentos, num montante de 89% do total de empresas formais, trazendo um resultado de em torno 29,5% do PIB nacional (considerando-se apenas os negócios formais) e mais da metade do PIB (formais e informais) com uma produtividade média de R\$ 53,2 mil por trabalhador contra R\$ 90,3 mil com média das grandes empresas (IPEA, 2022).

Soma-se a esse panorama a ideia que já é de senso comum que vivemos num mundo repleto de organizações, desde nosso nascimento, até a data da nossa morte. Este mesmo mundo é formado de uma miríade de políticas públicas, estando presentes ou mesmo ausentes na sociedade em que se inserem. Ou como colocado por Dye (2013), quando afirmou que



RELISE

5

política pública é o que governos fazem ou não fazem. Ainda segundo o mesmo pesquisador, em se tratando da análise dessas políticas públicas, olhar para aspectos como 'o que' e 'por que' é feito, ou deixado de fazer, se tornam prementes nos estudos e fenômenos estudados na academia (DYE, 2013).

Então, unindo o panorama tupiniquim descrito para o empreendedorismo e o campo das políticas públicas, uma série de fatores se mesclam para a existência ou ausência de política de fomento ao empreendedorismo, tais como:

- Atores e agentes envolvidos – autoridades político administrativas que desenvolvem e implementam as políticas, os grupos alvo capazes de resolver o problema da política e os beneficiários finais que vivem o problema cuja resolução depende da política (KNOEPFEL, 2007, p. 57):
- Recursos de poder disponíveis – tais como leis, dinheiro, informação, organização, tempo, infraestrutura, pessoal (KNOEPFEL, 2007, p. 65);
- Instituições, influenciando os resultados sociais, os atores, a disponibilização de recursos de poder, identidades, estruturas e modelos existentes, meios de controles, minimização de riscos e as estratégias adotadas nas políticas (HALL e TAYLOR, 2003, p. 193 a 222).

Assim, o incentivo de governos, por meio de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo pode se revelar como um fator de estímulo ao desenvolvimento local. Além de ambos - as políticas e o empreender - terem atributos semelhantes em suas definições (atores envolvidos, instituições diversas relacionadas entre si, recursos de poder desigualmente distribuídos, estratégias definidas para atingir um objetivo), os dois se mesclam e tendem a definir características de uma região em relação a forma de desenvolvimento existente, seja em critérios econômicos (lucro, financeirização), sociais (desigualdades), ambientais (sustentabilidade ambiental) e institucionais (efetividade das organizações locais).



RELISE

Ham e Hill (1993, p. 34) já haviam feito a afirmação que vai ao encontro disso, ao postularem que as políticas afetam as sociedades, as economias e vice-versa, devendo, portanto, dar-se a atenção aos contextos em que estão inseridas. Oliveira (1999, p. 74) coloca que há uma constância em tentar-se desmoralizar a coisa pública, suas funções, ações, profissionais e organizações, como sendo inimigas da sociedade, ao tratar que a “privatização do público é uma falsa consciência de desnecessidade do público” (OLIVEIRA, 1999, p. 68) o que se coaduna com os estudos de Stiglitz (2016, p. 149) ao defender que são necessários mais investimentos no que é público, fato que o autor chamou de ‘*better corporate governance*’ (STIGLITZ, 2016, p.149).

Carvalho (2015, p. 51) explanou que “as instituições são centrais no estudo da política, não apenas pela importância do Estado como ator e autor de ações específicas, mas por sua capacidade de interferir na cultura política, na estratégia dos atores e na produção da agenda(...)”. Para Sarfati (2018, p. 15), as instituições formalmente instituídas são, em geral, frágeis, como característica em economias em desenvolvimento e, assim, assumem, o que o referido pesquisador chamou de ‘a face de Janus’. Ele explica, que

na mitologia, Janus é um deus de duas caras, uma olhando para trás e outra para frente. Por isso ele é associado com a transição e com o caos associado à ambígua relação entre o passado e o futuro (...) em outras palavras, a face de Janus que olha para trás é a do vazio institucional e, a que olha para frente, a de políticas de estímulo. (SARFATI, 2018, p. 15)

E ao realizar pesquisa envolvendo estudos de casos em organizações inovadoras, concluiu que a face de Janus está presente nas instituições ao criar dificuldades de um lado e promover mudanças de outro (SARFATI, 2018, p. 25).

Então, em relação à propulsão à inovação, competitividade, fomento nas estruturas industriais nacionais, mudança tecnológica, desenvolvimento econômico - e não apenas crescimento econômico - com redução das



RELISE

desigualdades, respeito à sustentabilidade socioambiental, sobretudo ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas, a formulação e implementação de políticas públicas se mostram imprescindíveis como fator para apoiar 'o pequeno'. Não se trata de favoritismo, mas de tratar de maneira igual os iguais e desigual os desiguais, em relação ao conjunto de agentes presentes na indústria, na adoção da nova tecnologia, até no estabelecimento de relações dentro de uma economia de rede para crescimento e desenvolvimento do micro e pequeno empreendedor e empresário.

Nesse sentido, como poderia ser considerada uma participação maior 'do pequeno' nas redes e o feedback positivo, com alta participação na rede de usuários que utilizam determinada tecnologia? Ou aumentar a capacidade e estrutura para atender a demanda relacionada à inovação que emerge, ou se torna o padrão, no setor? Mesmo presente numa indústria, de que forma desenvolver uma estratégia própria que não a deixe para trás diante da concorrência? Como subsidiar empreendimentos nascentes e estáveis, cada tipo desses de acordo com suas necessidades, ao menos genéricas? Haveria um papel do Estado em promover o crescimento, a coesão social, infraestrutura geral, justiça social, regulamentações e decisões de caráter mais estratégico, enquanto que o mercado seria o condutor das decisões mais operacionais do dia a dia (BOYER, 1999). Nisso, infere-se que ambos seriam fortalecidos para exercer seus papéis e se complementando, dando chance a esse mercado e ao Estado sem exclusão ou enfraquecimento de nenhum deles.

Cantis, Federico e Garcia (2020), ao escreverem sobre as políticas de empreendedorismo e condições sistêmicas em países emergentes, apresentaram um modelo conceitual que envolve categorias como cultura, educação, estrutura para negócios, condições sociais, demanda, plataforma de ciência, tecnologia e inovação, capital social, finanças e políticas e regulações



RELISE

como inerentes a um arcabouço formado, por sua vez, pelo capital humano empreendedor, proposta de valor e espaço de oportunidades, todos aspectos existentes ou oferecidos em prol do empreender. E em seu estudo, o Brasil foi enquadrado como uma nação com configurações incipientes desbalanceadas, o que significa limitações estruturais, com tentativas de efetivação de políticas para reverter esse quadro (CANTIS *et al*, 2020).

Indo um pouco além do empreender e realizando pesquisa sobre ecossistemas empreendedores no sul global, Gomez, Manya e French (2023) observaram aspectos como políticas governamentais, mercados local e global, capital humano e forma de trabalho, educação e treinamento, universidades, sistemas de suporte, cultura, finanças e infraestrutura como características que podem alavancar ou reprimir os ecossistemas de empreendedorismo numa região.

Os agentes políticos e os detentores de poder precisam compreender, de fato, empreender, o/a empreendedor(a), o empreendimento e os fatores que levam pessoas a investirem tempo, dinheiro, esforço, expectativas e sonhos em uma nova empresa, perpassando o objetivo de conseguir lucro num viés econômico para difundir benefícios de outras naturezas à sociedade, cada vez mais pluralizada em termos de diversidade de toda forma. De igual forma, entender a importância das instituições locais, desde as públicas até empresas privadas de renome que interfiram no desenvolvimento. Mais do que isso: a ligação entre seus governos, o mercado e as instituições de ensino estabelecidas no ambiente, de modo que haja uma rede de relações em prol do empreender e, com isso, da cidade, estado ou país. E ainda, olhar atentamente para questões como os aspectos culturais da população, recursos naturais existentes, flexibilização controlada dos incentivos financeiros, fiscais e tributários possíveis para empreendimentos e aprimoramento da infraestrutura existente e de sua própria governança regional.



RELISE

Enfim, mais perguntas do que respostas pairam esse texto deste estudioso, leitor e cidadão, o qual, assim como começou, termina, no sentido de muitas perguntas sobre o tema acerca de buscar compreender o que envolve essa 'força gravitacional' que faz regiões serem mais ou menos propícias ao empreendedorismo, ou que fazem nações e governos serem mais ou menos felizes em implantar políticas de fomento, e ainda, a força motriz invisível ou visível que move cada pessoa que empreende em começar, tentar, persistir, cair, lutar e continuar para, então, desistir ou se levantar. Ou em outras palavras como o poema: vai, empreendedor, vai ser gauche na vida!

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. Poema de Sete Faces.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: a noção de obstáculo epistemológico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOYER, R. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI? **Economia e Sociedade**, vol. 12. Campinas, 1999.

CANTIS, H.; FEDERICO, J.; GARCIA, S. Política de empreendedorismo e condições sistêmicas: implicações e recomendações baseadas em evidências para países emergentes. **Ciências do Planejamento Socioeconômico**, 72 (2020) 100872.

CARVALHO, Cristina H. A. de. A Política Pública de expansão para a educação superior entre 1995 e 2010: uma abordagem neoinstitucionalista histórica. **Revista Brasileira de Educação**, V. 20, N. 60, jan-mar, 2015.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. 14ª edição. England: ed. Harlow, 2013.

FARIA, José Henrique de. Epistemologia Crítica do Concreto e Momentos da Pesquisa: uma proposição para os estudos organizacionais. **RAM – revista de Administração Mackenzie**, 16(5), São Paulo/SP, set/out, 2015.

GEM - Global Entrepreneurship Monitor, 2021. Consulta em janeiro/2023.



RELISE

GOMEZ, G.; MANYA, V.; FRENCH, J. Ecossistemas empreendedores vitais: o caso das TIC em Yaba, Nigéria. **Cities**, 137 (2023) 104289.

HAM, Christopher; HILL, Michael. **The policy process in the modern capitalism state**. 2ª edição. England: Harvester Wheatsheaf, 1993.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do Neo-Institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p. 193 a 222, 2003.

IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas**, fevereiro, 2022. Consulta em janeiro/2023.

KNOEPFEL, Peter et al. Policy Actors and Policy Resources. In: **Public Policy Analysis**. Great Britain: Bristol, p. 39 a 89, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro: os princípios do conhecimento pertinente**. São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.) **/Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global/**. São Paulo: Vozes, NEDIC/FAPESP, 1999. p. 55-82.

SARFATI, Gilberto. Empreendedorismo e a face de Janus das Instituições: Políticas de Estímulo ao Empreendedorismo de Alto Impacto no Brasil e na Rússia. **Teoria e Prática em Administração**, v. 9, n.1, p.15-28, 2018, Brasil.

STIGLITZ, Joseph. 'Inequality and Economic Growth'. **The Political Quarterly**, Volume 86, Issue S1, pp.134-155, 2016.